

No ultimo ano do programa, o maior aperto

BRASÍLIA — As metas mais duras e exigentes para a área interna do programa de ajustamento econômico negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) ficaram reservadas para 85, o último ano do acordo estabelecido pelo Governo brasileiro com o fundo. As negociações para a elaboração da nova Carta de Intenções, que define a política econômica para o próximo ano, foram marcadas pela preocupação do FMI de centrar fogo sobre o ajustamento interno, na medida em que a parte externa do programa obteve

resultados considerados satisfatórios.

A comparação das metas estabelecidas para este ano e para o próximo tornam nítida essa estratégia. As transferências fiscais à área monetária crescem, em 85, 500 por cento em relação a 84, alcançando o volume recorde de Cr\$ 42 trilhões. Essa massa de recursos significa 35 por cento de toda a arrecadação fiscal do País em 85, uma proporção também inédita na economia brasileira, que comprometeu, este ano, cerca de 20 por cento da receita fis-

cal com transferências ao Orçamento Monetário. As transferências são usadas para se evitar mais emissões de moeda e, em consequência, mais fatores inflacionários.

Na área pública, o esforço também não é menor, na medida em que o País saltará de um superávit de 0,5 por cento do produto interno bruto (PIB) para 2,9 por cento do PIB, em 1985. No primeiro ano do programa com o FMI, admitiu-se um déficit público, em termos operacionais — ou seja, descontada a inflação — de 1,9 por cento do PIB.